https://doi.org/10.51880/ho.v28i1.1461

Territórios quilombolas em Garopaba e Imbituba (SC): patrimônio histórico, paisagístico e história oral

Juliani Brignol Walotek*

ORCID iD 0000-0003-3022-1050
Universidade do Estado de Santa Catarina, Pós-Graduação em Planejamento Territorial e desenvolvimento socioambiental, Florianópolis, Brasil

Douglas Ladik Antunes*

ORCID iD 0000-0002-1270-0325
Universidade do Estado de Santa Catarina, Pós-Graduação em Planejamento Territorial e desenvolvimento socioambiental, Florianópolis, Brasil

Resumo: Este artigo aborda a discussão sobre os territórios quilombolas do Morro do Fortunato e Aldeia, localizados no município de Garopaba, na divisa com Imbituba (SC). Os resultados apresentados são parte de uma pesquisa de doutorado que adota a "cartografia social" e a história oral como metodologias para entender a construção de territorialidades e articular esses dois territórios. A pesquisa cria espaços de diálogo e possibilita articulações na esfera do patrimônio. Embora os dados apresentados sejam preliminares, este estudo oferece as bases para discutir a paisagem como matriz de um "território usado". Esse enfoque visa contribuir para uma reflexão sobre os conceitos de território e paisagem no contexto patrimonial.

Palavras-chave: Territórios Quilombolas. Paisagem e Patrimônio. Cartografia Social. História Oral.

Quilombola territories in Garopaba and Imbituba (SC): historical and landscape heritage and oral history

Abstract: This article discusses the quilombola territories of Morro do Fortunato and Aldeia, located in the municipality of Garopaba, on the border with Imbituba (SC). The results presented are part of a

* Doutoranda da Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc), pelo Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Socioambiental (PPGPLAN). Mestre em História Cultural pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). E-mail: juliani.walotek@gmail.com.

* Doutor em Design pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Mestre em Engenharia pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). E-mail: douglas.antunes@udesc.br.

doctoral research that adopts "social cartography" and Oral History as methodologies to understand the construction of territorialities and to connect these two territories. The research creates spaces for dialogue and enables articulations in the sphere of heritage. Although the data presented are preliminary, this study provides the foundation for discussing the landscape as a matrix of a "used territory." This approach aims to contribute to a deeper reflection on the concepts of territory and landscape in the context of heritage.

Keywords: Quilombola Territories. Landscape and Heritage. Social Cartography. Oral History.

Introdução

A síntese em um artigo que recorta um contexto de pesquisa qualitativa é sempre um desafio, especialmente no esforço de refletir a complexidade da temática social abordada, que traz em seu bojo as contradições da sociedade e os conflitos presentes nas diferentes situações de vida. As populações afrodescendentes, constantemente imersas nas condições impostas pelo racismo estrutural, somadas às dificuldades de inserção direta nos espaços de debates acadêmicos, onde sua narrativa oral poderia ganhar centralidade, acabam sendo representadas nesta escrita como alternativa de superação ao seu silenciamento.

Assim, este texto pretende abordar a experiência da história oral nos territórios quilombolas do município de Garopaba e na fronteira com o município de Imbituba. A pesquisa ainda está em desenvolvimento e os mapas sociais criados nas duas comunidades ainda não foram validados pelos membros comunitários, etapa importante do processo da cartografia social. Por isso, as discussões neste artigo são mais conceituais com proposições voltadas para fomentar o debate acadêmico.

Os municípios estão localizados no litoral centro-sul do estado de Santa Catarina, e as comunidades remanescentes de quilombos são: Morro do Fortunato e Aldeia. O primeiro tópico abordará o histórico de construção destes territórios, compreendendo sua territorialidade e o processo de inter-relação das populações no espaço geográfico, suas relações de trabalho, bem como suas dinâmicas sociais e culturais. Em seguida, será apresentada a forma como a metodologia da cartografia social está sendo utilizada na pesquisa para explorar o conceito de "território usado", de Milton Santos (1978), articulado como uma categoria de análise.

Neste sentido, o enfoque é apresentar as estratégias utilizadas nas oficinas de mapeamento, ressaltando alguns depoimentos das pessoas que participaram, evidenciando, assim, a memória coletiva como alicerce do espaço social que forma o território usado. Para Milton Santos (2005), o território é aquele usado por todos; entretanto, aqui será dada ênfase ao uso quilombola. Os resultados articulam os argumentos de entrevistas,[1] rodas de conversas e a criação de mapas com a participação das comunidades. A escolha

1 Foram feitas 13 entrevistas até o presente momento. Mas pretende-se entrevistar mais pessoas das duas comunidades quilombolas até o término deste estudo.

dos informantes, em um primeiro momento, foi feita por meio da metodologia de amostragem chamada "bola de neve" para as entrevistas individuais com a temática histórica. A utilização dos conceitos e preceitos da história oral, que já são utilizados na pesquisa histórica com o cruzamento de fontes primárias como inventários, testamentos, registros civis e de nascimentos, agora faz uso da cartografia social nos temas referentes ao uso do território. As narrativas são ouvidas e desenhadas nos mapas sociais, com os contornos do espaço-território e a delimitação de fronteiras que são usualmente perpassadas por esses grupos. Essas fronteiras podem incluir caminhos tradicionais que extrapolam a demarcação do território quilombola, fronteiras étnicas no convívio com o racismo, bem como fronteiras municipais, como no caso da linha divisória entre os municípios de Garopaba e Imbituba, que está sobreposta ao território quilombola.

Assim, a última discussão do artigo dedica-se ao enfoque da paisagem do quilombo do Morro Fortunato enquanto patrimônio cultural, por apresentar características eminentemente rurais, além de uma beleza cênica. Propõe-se, então, um exercício de reflexão sobre a paisagem e as possíveis ações de salvaguarda e chancela desse bem como patrimônio, ainda pouco explorado no viés da temática dos territórios quilombolas.

Dessa forma, ao considerar as práticas sociais e culturais dos quilombolas na construção do território e da paisagem, evidencia-se a importância de uma abordagem que valorize tanto a materialidade quanto a imaterialidade dos espaços. As oficinas de mapeamento e as conversas com as comunidades permitem não apenas o registro dos territórios utilizados, mas também o fortalecimento de uma memória coletiva que resiste às pressões externas e ao silenciamento histórico. Esse diálogo entre a memória, a oralidade e o espaço geográfico abre novas possibilidades para a compreensão e valorização dos territórios quilombolas enquanto patrimônios culturais, promovendo a visibilidade de questões que, muitas vezes, permanecem à margem do debate acadêmico. A partir dessas reflexões, o artigo avança para uma análise mais aprofundada sobre a relação entre território, paisagem e salvaguarda cultural.

Territórios quilombolas de Garopaba e Imbituba: dos escritos à experiência da história oral como registro do tempo dos antigos

A Freguesia de Garopaba, localizada a 80 km da capital do estado de Santa Catarina, foi fundada em 1793, tendo como principal atividade econômica a armação baleeira. Essas armações constituíram o principal empreendimento manufatureiro do período colonial no litoral catarinense. A caça da baleia "foi atividade que mais articulou economicamente a faixa litorânea e agregou um grande número de escravizados, que representavam um investimento de capital para as armações" (Bitencourt, 2003, p. 121).

Durante esse período, os escravizados e seus descendentes representavam uma parcela

significativa da população da Freguesia de Garopaba. Estima-se que, na época, havia mais de 60 escravizados na armação de Garopaba e 20 na armação da vizinha Imbituba. Em 1872, quase 20% da população da Freguesia de Garopaba era composta por escravizados (Espíndula, 2016).

Ainda hoje, a presença das populações de matrizes africanas, aqui mencionadas como populações afrodescendentes, é bastante significativa no município, resultando no reconhecimento de dois quilombos: Aldeia e Morro do Fortunato.

A comunidade Morro do Fortunato está localizada aproximadamente a 7 Km do centro de Garopaba, ocupando uma parte do vale e da encosta do morro do Macacu. Seus habitantes são descendentes de um ancestral fundador do grupo chamado Fortunato Machado, que nasceu em 1868, filho de Joana Machado e Justino, escravizados pelas famílias Aguiar e Pereira da Silva respectivamente (Shaw; Cardoso; Silva, 2014). Conta-se que essas famílias tinham terras na Freguesia de Garopaba e que Fortunato teria herdado uma porção dessas terras após a abolição da escravatura no Brasil, em 1888.

Em 1890, já com 21 anos, Fortunato casou-se com Luiza da Conceição, com quem teve seis filhos. A base econômica da família era a produção do café, além do cultivo da mandioca, cana-de-açúcar, feijão, amendoim, milho e frutas para sustento da sua família. Atualmente, a comunidade Morro do Fortunato conta com 36 famílias e recebeu o título de reconhecimento pela Fundação Palmares, em 2006, como uma comunidade tradicional remanescente de quilombo. No entanto, ainda não possui a titulação de suas terras pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra).

A história da comunidade da Aldeia é um pouco diferente, mas igualmente marcada pelo passado da escravatura. Através de depoimentos dos mais velhos, tem-se o registro de que:

> A partir da abolição da escravatura, e até mesmo antes, os africanos e seus descendentes foram se organizando, construindo suas moradias e plantações nessas terras devolutas, ou seja, nos campos da Limpa, Campo D' Una e Araçatuba, todos localizados no entorno da Aldeia e das margens da Lagoa de Ibiraquera. (Albuquerque, 2014, p. 106).

> O Senhor Antônio Manoel Lemos, antigo morador do Quilombo Aldeia, afirmou que, 'mesmo após a Lei Áurea o trabalho escravo continuava, disfarçado pelo pagamento com gêneros alimentícios, como farinha, café e açúcar grosso, considerados de primeira necessidade'. Aparentemente, através desse 'instrumento de controle', o Senhor Luíz Pereira ignorou a Lei Áurea e manteve os afrodescendentes presos sob o seu poder por mais de vinte anos. Com o passar do tempo, algumas das famílias escravizadas, através dos rendimentos obtidos nas quitandas, conseguiram pagar suas dívidas e conquistar a liberdade. É nesse momento da história, no início da República, que essas famílias se libertaram das 'amarras' que as prendiam ao antigo senhor e se juntaram àquelas que já habitavam as terras devolutas no Sul de Garopaba, mais especificamente na Limpa e no Campo D'Una, formando o grupo que hoje é reconhecido como remanescente de

quilombo, conhecido como Quilombo Aldeia. (Albuquerque, 2014, p. 88).

A comunidade recebeu o título de quilombola pela Fundação Palmares em 2010, mas ainda não tem o reconhecimento das terras pelo Incra. Localizada na divisa entre os municípios de Garopaba e Imbituba, a comunidade sofre com a ausência de políticas públicas por parte desses municípios e com a especulação imobiliária. Sendo um quilombo urbano, cortado por uma rodovia, a SC 434, encontra-se exatamente na entrada da cidade, mais especificamente a poucos metros do portal do município de Garopaba.

A história das comunidades quilombolas de Garopaba, como Morro do Fortunato e Aldeia, reflete não apenas o passado de escravidão e resistência dessas populações, mas também os desafios que elas continuam a enfrentar nos dias de hoje. As marcas da escravatura permanecem presentes, seja na luta pela titulação das terras, na ausência de políticas públicas, ou nos impactos da especulação imobiliária. Ao revisitar as narrativas dessas comunidades, seja através dos depoimentos dos mais velhos ou das trajetórias familiares, resgata-se a memória coletiva e fortalece-se a compreensão sobre o território e suas dinâmicas. Assim, essas histórias revelam a importância de uma abordagem que considera tanto o passado histórico quanto as urgências do presente, contribuindo para a valorização do patrimônio cultural quilombola e para o reconhecimento efetivo de seus direitos territoriais.

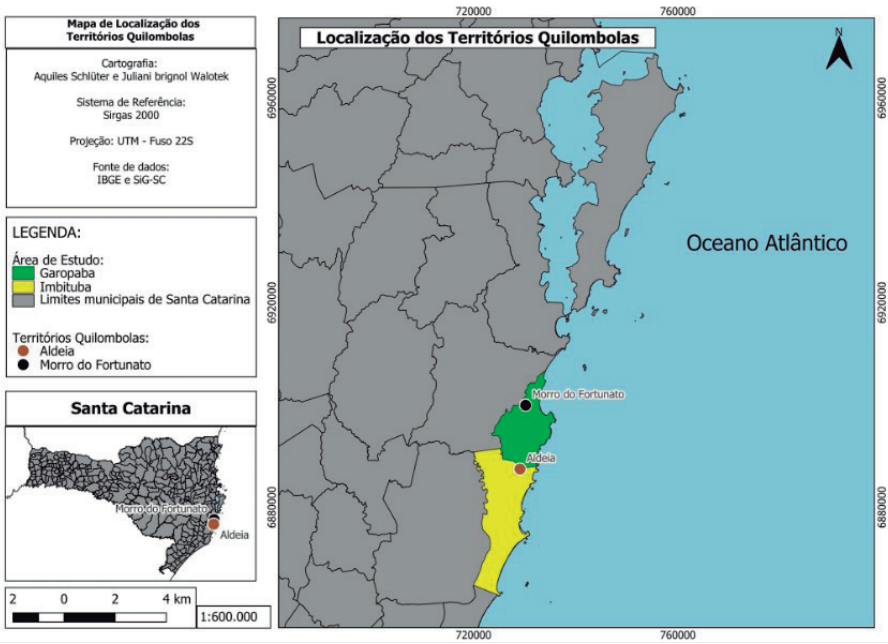

Figura 1 – Localização dos municípios de Garopaba e Imbituba e dos Territórios Quilombolas.
Fonte: Elaborado pela autora.

Esses dois territórios quilombolas estão distantes 19 km um do outro, mas foram frequentados pela população afrodescendente ao longo de todo esse período histórico, não apenas por meio das relações sociais, mas também em busca de trabalho e sustento. Assim, formaram um território com marcas do passado, repleto de histórias e memórias coletivas. Como nos adverte Milton Santos, o valor de cada local depende de níveis qualitativos e quantitativos dos modos de produção e da maneira como eles se combinam (Santos, 2005, p. 87).

A discussão conceitual que nos interessa aqui sobre a noção de território implica, evidentemente, uma dimensão espacial. No entanto, dentro da Geografia, existem distintos pontos de vista quanto à precedência (ou não) do espaço em relação ao território (Haesbaert, 2009). De um lado, há uma perspectiva que considera que o espaço (como uma primeira natureza) antecede o território, que é visto como uma segunda natureza. Nesse sentido, o território não é o espaço, mas uma produção social, a partir do espaço dado (Raffestin, 1993). Por outro lado, há o argumento contrário, que defende que o espaço não antecede o território, uma vez que, assim como este, também aquele é socialmente produzido. O território se diferencia do espaço por repousar na dimensão política (especialmente estatal) desse espaço construído (Lefebvre, 1991).[2]

No nosso contexto de estudo, essa dimensão abrange o território demarcado pelo Estado, mas, sobretudo, o território reconhecido pelas populações que nele habitam. São marcas deixadas do passado que, guardadas na memória, coexistem com o território atual, e seu registro e expressão são, acima de tudo, demarcações políticas sobre o lugar. Muitas vezes, essas marcas vão além da memória coletiva e individual, manifestando-se em bens materiais e tangíveis. Mesmo que em ruínas, esses bens guardam uma história a ser contada, e registrada para as futuras gerações.

Na perspectiva de território enquanto "lugar de modo de produção historicamente construído", o debate ganha mais profundidade com a análise de Milton Santos. Ele destaca que o território não é apenas um espaço físico, mas um espaço produzido socialmente, moldado pelas relações de poder, trabalho e cultura que nele se estabelecem ao longo do tempo. Segundo Santos, o território é um resultado dos processos históricos e sociais, refletindo as interações entre os diferentes modos de produção e as práticas cotidianas das populações que nele vivem. Essa abordagem permite compreender o território quilombola não apenas como uma extensão geográfica, mas como um lugar carregado de significados, construído pelas experiências e pela resistência das comunidades que o habitam.

> [...] os modos de produção tornam-se concretos sobre uma base territorial historicamente determinada. Deste ponto de vista, as formas espaciais seriam uma linguagem dos modos de produção. Daí na sua determinação geográfica, serem eles

2 Essa discussão sobre território, espaço e região pode ser aprofundada entre outros autores. Ver Theis e Galvão (2012).

> seletivos, reforçando dessa maneira a especificidade dos lugares. (Santos, 2005, p. 87).

Um depoimento que comprova essa narrativa quilombola, construindo uma base territorial e uma linguagem que constrói um tempo antigo e um modo de vida peculiar e que tinha na produção do café, da mandioca, da cana-de-açúcar o modo de subsistência:

> O meu pai tinha um terreno que ía até não sei aonde. Nós ía... eu saia daqui, já morava aqui, né. Então eu saía daqui, ía para lá, na casa da minha mãe, ía com tios, sobrinhos. [...] às seis horas nós saía daqui. Às seis da manhã. Chegava na casa da minha mãe, tomava um cafezinho e subia o outro morro para colher o café. Quando chegava a noitinha [...], e levava a comida para todo mundo comer lá no morro. Fazia feijão, botava uma panelinha de alça, um ferrinho... e cozinhava ali. Quando tava pronto, era só gritar que vinham tudo. (Fausta Mercedes Machado, 2024).

O depoimento expressa a íntima relação da família com o território, revelando como o espaço geográfico era vivido e produzido por meio das práticas cotidianas de trabalho, convivência e sustento. Na visão de Milton Santos, o território não é apenas o local onde ocorrem as atividades humanas, mas o resultado das interações sociais e históricas que moldam esse espaço ao longo do tempo. O relato evidencia como o território do quilombo foi construído socialmente através das atividades de plantio e colheita, organizadas em torno das relações familiares e comunitárias, marcadas por uma forte economia de subsistência.

A fala sobre "um terreno que ía até não sei aonde" também ilustra como o território é percebido subjetivamente, não apenas em termos de delimitações físicas ou legais, mas em função das práticas e mobilidades cotidianas que conferem significado ao espaço. A rotina descrita – sair de casa ao amanhecer, colher café ao longo do dia, preparar e compartilhar alimentos no morro – demonstra como o território era um espaço de vida e produção, um "lugar" no sentido pleno que Milton Santos propõe: onde as atividades humanas e o modo de produção se entrelaçam com o espaço geográfico, criando uma identidade territorial. Essa fala quilombola ecoa a ideia de que o território quilombola não é apenas uma demarcação física, mas uma construção social repleta de significado, constituída pelas práticas que permitem a subsistência e o fortalecimento dos laços comunitários. A "panelinha de alça" e o "grito para chamar todo mundo" simbolizam a organização coletiva e a interdependência que definem o uso do território. Nesse sentido, o território é um espaço vivido e experimentado, carregado de história e memória, que transcende sua função puramente econômica para se tornar um lugar de pertencimento e identidade.

Outro depoimento que corrobora essa ideia do modo de vida no tempo antigo e

do modo de produção que articula o espaço geográfico tornando-o o espaço usado é do seu Fortunato (Nato) em entrevista concedida com sua filha Mercedes.

> O nosso serviço era mais na lenha. Abastecia Garopaba. Naquele tempo não tinha fogão, era tudo na lenha. A plantação de mandioca era pouca, era mais para a família mesmo. Para vender não dava [...] colhia muita cana, vendia o açúcar grosso. (Fortunato João Machado, 2021).

Esse depoimento reforça a noção de que o território quilombola é constituído pelas práticas de trabalho que, ao longo do tempo, moldaram as relações sociais e econômicas da comunidade. Na fala, o entrevistado destaca que o serviço da comunidade se concentrava na lenha, um recurso essencial para abastecer Garopaba em uma época em que os fogões ainda não existiam. Essa relação de trabalho com a natureza, especialmente o fornecimento de lenha, é um exemplo claro do que Milton Santos define como "modo de produção historicamente construído" (Santos, 2005), no qual o território não é apenas um espaço físico, mas o resultado das práticas econômicas e sociais que lhe dão forma.

A fala também menciona a plantação de mandioca e a colheita de cana, ambas ligadas à subsistência familiar e ao comércio local. A plantação de mandioca, "mais para a família", revela como o território também funcionava como um espaço de reprodução social e garantia de sustento para a comunidade, fortalecendo os laços familiares e comunitários. Já a colheita de cana e a venda do açúcar grosso representam a inserção da comunidade em uma economia local, na qual a produção excedente se tornava uma fonte de renda. Aqui, o território é visto como um espaço de múltiplas funções, servindo tanto às necessidades internas da comunidade quanto à interação com o mercado regional.

Segundo Milton Santos, o território se constrói a partir de interações entre os diferentes modos de produção, o que se reflete claramente na combinação de atividades de subsistência e comércio descritas no depoimento. A referência ao trabalho com a lenha e à venda de produtos como o açúcar grosso aponta para um território que, além de ser um espaço de vida cotidiana, também está imerso em dinâmicas de mercado que ajudam a definir suas características e importância dentro da região.

Essa fala evidencia a dimensão produtiva do território quilombola, mostrando como a interação com os recursos naturais e as práticas de trabalho cotidianas criam um espaço economicamente relevante e, ao mesmo tempo, culturalmente significativo. O território, assim, torna-se o lugar onde essas práticas se concretizam e onde as memórias e histórias da comunidade são preservadas. Nesse sentido, as memórias das pessoas que vivem e viveram nesse território contam histórias e tecem relações de significados, tanto relacionadas ao passado quanto à construção de uma territorialidade que envolve o pertencimento a esse lugar. As narrativas corroboram essa memória que preserva uma identidade quilombola. Dona Celina, uma senhora de 72 anos, moradora da Aldeia,

ilustra esta questão quando aponta, em seu depoimento, que:

> Antigamente nós íamos dançar lá no Fortunato, pelo mato. Estrada de chão. Botava a criança no colo e uma tia que levava nós lá para o baile para dançar. Porque aquela época era assim. Uma mistura separada. Branco prum lado, negro pro outro. [...] os bailes, era separado. E a gente ia até lá para dançar. Com um monte de tiririca, nas pernas. Levava um paninho com azeite doce para passar na perna, de tanta tiririca que tinha. Quando chegava lá passava o óleo de amêndoa doce nas pernas. Eu tenho orgulho de dizer que sou quilombola, mas era sofrido, era miséria, fome, roça, carpir, tirá peri, fazer esteira para vender, para poder ir na Laguna no baile. Era uma Kombi que nós *ía*. Aprendi a ler e escrever com os professores quilombolas. Me formei na oitava com o saber da terra. Me formei agora vai fazer três anos. Eu não sabia ler e escrever, envergonhada...Vou fazer 70 anos, dia 30 de janeiro. Eu vou falar porque eu sou inteligente, e eu aprendi com eles. Esses professores jovens que estão aqui. [...] O sofrimento do meu pai. Quilombo sempre foi sofrido. Meu pai era sofrido.[3] (Celina Pereira, 2021).

A fala traz à tona a complexa dinâmica entre segregação, resistência cultural e vivências cotidianas das populações quilombolas. O relato de "dançar lá no Fortunato, pelo mato" e a menção aos "bailes separados" revela como a segregação racial permeava as interações sociais e territoriais, criando fronteiras simbólicas e físicas entre os brancos e os negros. Nesse sentido, o território é profundamente marcado pelas relações de poder, e essa separação racial torna-se uma expressão das desigualdades que configuram o espaço social.

Apesar da segregação, o depoimento demonstra a persistência das práticas culturais quilombolas, como os bailes, que não apenas mantinham viva a cultura afrodescendente, mas também serviam como um meio de resistência. O ato de atravessar o mato e enfrentar as adversidades – como a tiririca que se agarrava às pernas – para participar dessas celebrações, pode ser interpretado como uma metáfora da resistência cotidiana diante das opressões estruturais. O território do quilombo, neste caso, é mais do que um espaço geográfico; ele se torna um lugar de resistência cultural e identidade coletiva, onde os quilombolas se reuniam para afirmar sua existência e fortalecer seus laços comunitários.

Outro aspecto fundamental da fala é a relação entre a identidade quilombola e o trabalho árduo: "miséria, fome, roça, carpir, tirá peri, fazer esteira para vender". Aqui, o depoimento ecoa a ideia de Milton Santos de que o território é um espaço produzido pela interação com os modos de produção, onde o trabalho físico e a exploração da terra não apenas sustentam a subsistência, mas também são parte do processo de construção do território quilombola. Esse trabalho árduo, embora sofrido, reforça o sentimento de pertencimento ao território e à comunidade.

3 Pereira, Celina. Entrevista concedida numa oficina de Cartografia Social, Garopaba.

A fala "me formei na oitava com o saber da terra" conecta o aprendizado formal com o conhecimento ancestral e territorial. Milton Santos propõe que o território é também um espaço de saberes e práticas locais (Santos, 1989). A educação quilombola, nesse sentido, vai além das estruturas formais, envolvendo o saber ancestral transmitido de geração em geração. O orgulho de "ter aprendido com os professores quilombolas" reforça essa dimensão do território como um lugar onde o conhecimento é produzido e compartilhado, em contraste com a exclusão e marginalização historicamente vividas.

Finalmente, a emoção contida no reconhecimento do sofrimento dos antepassados, especialmente do pai, revela a ligação íntima entre território, memória e identidade. O "sofrimento do meu pai" está atrelado à luta pela sobrevivência e pela afirmação em um território constantemente marcado pela exclusão e pela escassez de recursos. Contudo, a fala termina com uma afirmação de orgulho e superação pessoal, mostrando como, mesmo diante de tanta adversidade, o território quilombola continua sendo um espaço de resistência, de memória e de transmissão de saberes.

Ao perceber e analisar as trajetórias dessas duas comunidades quilombolas, reforça-se, conforme afirma Milton Santos, que "[...] O território não é uma categoria de análise, a categoria de análise é o território usado. Ou seja, para que o território se torne uma categoria de análise dentro das ciências sociais e com vistas *às* políticas, com 'P' maiúsculo, deve-se tomá-lo como território usado" (Santos, 1999, p. 15-16).

Lembrando que o tempo influencia no espaço usado, assim como o local adquire contornos que são criados no espaço-tempo. Logo, o que foi vivenciado no século XVIII e XIX por essas populações afrodescendentes influenciou seus modos de vida. Aqui estamos falando de um passado escravocrata, em um município com baixa densidade demográfica, marcado por relações sociais oligárquicas e extremamente racistas. Essa estrutura social foi se alterando com o passar dos anos, mas não sem rupturas e com marcas nas populações afrodescendentes. Apesar dos episódios de racismo e das violências simbólicas, essas pessoas foram tecendo suas próprias dinâmicas territoriais e compondo trajetórias de resistência com tempo. Porque, de fato, a unidade da continuidade e da descontinuidade do processo histórico não pode ser realizada senão no espaço e pelo espaço (Santos, 2005, p. 88).

A cartografia social como metodologia para estabelecer diálogos nos territórios tradicionais

A perspectiva de estudar territórios quilombolas no contexto atual é um ato político e um suporte fundamental que a academia estende para as abordagens teóricas e técnicas de cunho social. Para tanto, a metodologia da pesquisa-ação, ou a pesquisa participativa, dá aos atores sociais a possibilidade de confeccionar a sua própria cartografia social, sendo uma escolha que entende o processo dos movimentos sociais

e da participação coletiva como propulsora do desenvolvimento territorial endógeno. Como afirmado pelo professor Carlos Rodrigues Brandão:

> As abordagens de pesquisa participativa aspiram a participar de processos mais amplos e contínuos de construção progressiva de um saber mais partilhado, mais abrangente e mais sensível às origens do conhecimento popular. (Brandão, 2009 p. 51).

Os sujeitos têm voz e ação, construindo, junto com a pesquisadora, os instrumentos e as legendas dos mapas criados. O objetivo dessa metodologia é mapear e analisar as trajetórias das comunidades quilombolas, ouvindo e registrando as histórias de vida, as memórias do trabalho, do lazer e da família. Isso ocorre por meio da participação das comunidades em oficinas, entrevistas individuais, coletivas e visitas a campo. As entrevistas são gravadas e depois transcritas, bem como anotações são feitas em cadernos de campo. Neste sentido:

> Esta forma de planejamento pretende ligar atores e territórios, construir o território com os atores e mobilizar os atores através do território com a hipótese de que, nesta relação, uns e outros mudarão (Joliveau, 2008, p. 54).

Sobre a cartografia social, cabe ressaltar que o primeiro registro de mapeamento participativo é da década de 1970, no Canadá, pelo projeto "Uso e ocupação de terras pelos Esquimós". Logo na mesma década, outros projetos no Canadá foram realizados pelos povos originários, trabalho que foi nomeado como "União de chefes Índios da Columbia Britânica". Esses mapas sociais foram organizados e criados pelas comunidades tradicionais. No Brasil esse processo ocorre nos anos 1990 (Ascelrad, 2008).

A pesquisa ainda está em desenvolvimento e os mapas sociais não foram completamente finalizados nas duas comunidades quilombolas. Sendo assim, as discussões neste artigo são mais conceituais, com proposições no intuito de gerar um debate acadêmico. Esse debate deve ocorrer tanto no nível de políticas públicas quanto na reflexão sobre possíveis ações futuras, como o reconhecimento pelos governos municipais e estaduais dos direitos dos povos tradicionais remanescentes de quilombos. A construção de emendas parlamentares para possibilitar novas estratégias de reconhecimento, preservação e salvaguarda dos territórios e patrimônios a eles vinculados, como leis municipais de reconhecimento dos quilombos, planos diretores que dialoguem com as comunidades e as incluam de forma verdadeiramente adequada em seus projetos de cidade, além da atual discussão sobre a paisagem cultural. Temática que será abordada na próxima sessão deste artigo.

Mesmo não apresentando aqui os resultados cartográficos, podemos apontar que o processo de construção coletiva dos mapas temáticos locais tem demonstrado a compreensão da ampliação da territorialidade quilombola para limites além das fronteiras definidas nos processos formais. Assim como apontou o depoimento anterior

de Dona Celina, as fronteiras não são lineares e com delimitações claras – seja pelas relações de sociabilidade, seja pelas práticas sociais relacionadas ao próprio trabalho. Os contornos definidos e contextualizados na história oral desses quilombolas demarcam relações territoriais em forma de rede, que estabelecem pontes entre comunidades e com suas práticas tradicionais. Os depoimentos coletados em uma oficina de mapeamento participativo em março de 2024 registram práticas tradicionais que desenham a paisagem em atividades como a pesca "no facão", a caça, o extrativismo, o plantio de diversas espécies (como mandioca, cana de açúcar, feijão, milho e amendoim).(Machado, M., 03-2024). Mesmo que grande parte dessas práticas se reserve a tempos passados, seu registro na paisagem ainda articula as histórias contadas para as novas gerações.

Ao explorar as trajetórias das comunidades quilombolas de Garopaba, fronteira com Imbituba, evidenciamos que o território não é apenas um espaço delimitado, mas um local de memória, trabalho e resistência. A cartografia social, como metodologia participativa, permite que os próprios habitantes dessas comunidades desenhem e narrem suas histórias, conferindo voz ativa na construção de suas identidades territoriais.

A paisagem, portanto, não é apenas um cenário natural, mas uma narrativa viva que se constrói ao longo do tempo. No caso dos quilombos, como o Morro do Fortunato e a Aldeia, essa paisagem está impregnada de significados culturais e sociais. São os testemunhos dos modos de vida, das práticas agrícolas, dos rituais cotidianos e das lutas por sobrevivência que transformam essa paisagem em patrimônio cultural, em paisagem cultural. Assim, a cartografia social, ao registrar essas narrativas, não apenas mapeia o espaço, mas ajuda a contar a história e preservar a memória coletiva dessas comunidades.

Patrimônio e paisagem nas terras quilombolas do município de Garopaba

O conceito de paisagem, nas últimas décadas, vem ganhando novos contornos e discussões no âmbito das ciências sociais. Ele transita entre os campos ligados à Arte, no âmbito da imagem, dos sentidos e seus atributos, sendo articulado como categoria de análise no campo da Geografia. Contudo, a paisagem é um tema central no ordenamento territorial. Neste artigo, não está sendo analisado o conceito de paisagem e os seus desdobramentos epistemológicos, tampouco as concepções estudadas dentro das correntes da Geografia. O que nos interessa é a paisagem como narrativa que constrói um passado histórico e, sendo assim, passível de ser patrimonializada, sob a perspectiva da memória e do que não é tangível, como os bens patrimoniais que pertencem à esfera do imaterial.

> A narrativa é um sistema aberto à memória coletiva, que se materializa na paisagem através do tempo; toda vez que um grupo determinado, inscreve cotidianamente suas trajetórias sobre um suporte físico e material, deixa suas marcas e contribui para a manutenção das relações indenitárias com o lugar. (Verdum; Vieira; Pimentel, 2016, p. 138).

A dimensão patrimonial e de identidade cultural relacionada à paisagem tem alguns desdobramentos que podemos dividir aqui em duas esferas. A primeira corresponde à ideia de paisagem matriz, que inclui os bens naturais e culturais em seu contexto territorial, sendo essas formas as que dão sentido e nos permitem compreendê-los em sua dinâmica temporal e espacial. A lógica com a qual a paisagem se comporta, como nasce e como evolui, está relacionada a essas narrativas, pois, para existir, necessita destes olhares e interpretações dos indivíduos que interagem com o território (Verdum; Vieira; Pimentel, 2016). No contexto quilombola do Morro do Fortunato,[4] estamos lidando com a paisagem do Vale do Macacu, com sua lagoa, montanhas cobertas de vegetação, a restinga, a praia e o mar no horizonte, junto com suas ilhas. Além disso, há as construções atuais das casas, as ruínas do antigo engenho, os quintais, as plantações de banana e as roças de mandioca. Todo esse "cenário" tem uma origem, uma evolução e um estado atual, além de apontar para possíveis transformações no futuro. "A paisagem é a história congelada, mas participa da história viva. São suas formas que realizam, no espaço, as funções sociais" (Santos, 1996, p. 107). Nesse sentido, a paisagem é testemunha da sucessão dos meios de trabalho e das modificações resultantes dos modos de produção de tempos pretéritos, um resultado acumulado.

Figura 2 – Paisagem do Vale do Macacu, vista do Quilombo do Morro do Fortunato.
Fonte: Camille R. Oliveira (2024).

4 É uma escolha da pesquisadora trabalhar, nessa sessão do artigo, apenas com o quilombo Morro do Fortunato, não apenas pela sua geografia diferenciada do quilombo urbano da Aldeia, mas por uma escolha epistemológica que agrupa melhor os conceitos de paisagem cultural, memória coletiva e territorialidade.

Essa paisagem matriz corrobora com o conceito de rugosidade de Milton Santos (1996). Não especificamente na abordagem da Geografia física, no sentido da interface geológica e/ou da vegetação. Aqui, o conceito de rugosidade é atribuído ao que ficou registrado na paisagem como marcas de um tempo passado, assumindo, então, o sentido de memória física de um mesmo espaço, mas num outro arranjo temporal (Souza 2021). Voltaremos a esse tema mais adiante.

A segunda esfera da dimensão da paisagem enquanto patrimônio diz respeito ao pertencimento.

> Ela assume uma importância relevante e inequívoca, ao aceitar-se que a paisagem contemporânea, correspondendo a uma herança e legado histórico, constitui um patrimônio de memória coletiva e, neste sentido, transmite às populações a consciência e o sentimento de pertencer e de possuir esse patrimônio comunitário identificador. (Batista; Matos, 2014. p. 26).

Nas rodas de conversa entre uma oficina e outra de cartografia social, as memórias comunitárias afloram sobre esse pertencimento da vida no morro, de colher as frutas no pé, das brincadeiras de infância, de ir pescar no "rio morto".[5] As narrativas que contam o modo de vida nos anos 1960 e 1970; como o sustento das famílias, a produção de farinha de mandioca nos engenhos que existiam no quilombo, a produção de açúcar e cachaça no alambique, vão trazendo esse contorno de uma parte da paisagem que não existente mais, mas que habita o imaginário e a memória da comunidade. Nas dobras da memória, onde escapam alguns acontecimentos e experiências, descansam também outras nuances que são relembradas por outras pessoas. Vai-se tecendo uma rede de lembranças fortalecidas nesses momentos de partilha comunitária. Por isso a estratégia metodológica da pesquisa participativa relaciona e fortalece os laços de identidade do grupo. Nesse sentido, a paisagem acaba por constituir a "pedra basilar" no processo de ordenamento ou de projeto, que passa a defender, ao contrário de conservação museológica, a necessidade de salvaguarda ativa dos valores patrimoniais da paisagem mediante a sua incorporação dinâmica nos processos socioeconômicos e espaciais em curso, sob critérios de sustentabilidade para as futuras gerações. (Batista; Matos, 2014).

O conceito de rugosidade ajuda a construir o argumento de direito ao uso da terra e das marcas do passado inseridas na paisagem. "O espaço geográfico cristaliza os momentos anteriores e é o lugar de encontro entre esse passado e o futuro, mediante as relações sociais do presente que nele se realizam" (Santos *apud* Souza, 2021, p. 13). A resistência dos quilombolas em deixar as terras que historicamente eram utilizadas pelos seus ancestrais, fazendo desse território o seu local de pertencimento e de suas relações sociais e econômicas, traz consigo um potencial de reconhecimento e preservação de uma memória coletiva. O conceito de rugosidade criado por Santos aparece em outra

5 Rio morto é como é chamada uma parte da lagoa do Macacu pelos moradores mais antigos do Quilombo Morro do Fortunato.

obra da seguinte maneira:

> [...] ao que fica do passado como forma, espaço construído, paisagem, o que resta do processo de supressão, acumulação, superposição, com que as coisas se substituem e acumulam em todos os lugares. (Santos, 1996, p. 113).

Milton Santos ainda detalha que " [...] As rugosidades são impregnadas de ação, duração, coexistências, integrando a formação socioespacial, o meio técnico-científico informacional, constituindo lugares" (Santos, 1999, p. 39).

Assim, o conceito de rugosidade contribui na análise do registro de formas, ações, histórias demarcadas na paisagem, que são justamente objeto de reconhecimento e valorização. Não se referem apenas aos aspectos naturais de lugares, mas à condição do território enquanto segunda natureza, e da paisagem enquanto o registro visual das porções territoriais. Certo que o reconhecimento destes elementos, em sua convergência em mapas e outras formas de registro, articula as memórias e saberes nestas comunidades. Ressalta-se aqui a importância de mecanismos institucionais nesse reconhecimento, tendo em vista a necessidade atual de regularizações territoriais, valorização e proteção – face às táticas avassaladoras da "totalidade" e sua imposição "vertical" nos distintos lugares, como diria Milton Santos (2005).

As convenções internacionais e os congressos sobre patrimônio já sinalizavam a importância da proteção das paisagens desde 1956. No ano de 1972, na Convenção Internacional para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural, realizada pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (Unesco), constava a inserção dos monumentos e bens arquitetônicos em sua paisagem. Cabe ressaltar que os locais de interesse são definidos como as "obras do homem, ou obras conjugadas do homem e da natureza, e as zonas, incluindo os locais de interesse arqueológico, com um valor universal excepcional do ponto de vista histórico, estético, etnológico ou antropológico" (Unesco, 1972).

No ano de 1992, as paisagens culturais passam a representar também a valorização da relação entre o homem e o ambiente em que vivem. E definiram a paisagem como resultado da ação e da interação ao longo do tempo, dos fatores naturais e/ou humanos. Esse processo contínuo de ampliação da escala de preservação, e também da inserção das formas imateriais como objeto de patrimônio cultural, foi assimilado de forma desigual entre as diversas nações e até mesmo entre diferentes regiões (Pimenta; Figueiredo, 2014, p. 212). No Brasil a legislação do patrimônio que concebe a esfera da proteção da paisagem é do ano de 2009 e tem no seu artigo 1º o conceito que diz:

> Paisagem Cultural Brasileira é uma porção peculiar do território nacional, representativa do processo de interação do homem com o meio natural, à qual a vida e a ciência humana imprimiram marcas ou atribuíram valores. (Iphan, 2009).

Importante salientar que as legislações referentes aos bens imateriais/intangíveis,

do Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), nas últimas duas décadas, tiveram uma ampliação e um aprofundamento nas discussões sobre os grupos a serem atendidos pelo arcabouço de políticas e programas de salvaguarda desses bens culturais, bem como um aumento no número de registro e salvaguarda desses bens imateriais. Um exemplo disso é a Portaria n.º 135, de 20 de novembro de 2023, a qual dispõe sobre a regulamentação do procedimento para a declaração do tombamento e registro no novo Livro do Tombo de documentos e sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos, inventariando e construindo registros desses patrimônios. Para efeito desta normativa, foram consultadas algumas comunidades quilombolas em Santa Catarina, inclusive uma que faz parte desta pesquisa e que se mostrou interessada em efetuar o registro. A consulta também foi feita ao público em geral para a construção da minuta da portaria. Essas ações fizeram parte do grupo de trabalho do Ministério da Igualdade Racial, criado no ano de 2023, o qual deu continuidade à antiga Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir).

Cabe ressaltar que os princípios norteadores desta portaria enfatizam o protagonismo da população afro-brasileira na reivindicação do direito à liberdade no Brasil, por meio dos fenômenos do quilombismo e do aquilombamento, pautando-se por princípios antirracistas nas ações patrimoniais.

Pontuamos aqui os princípios:

Da integração: onde o meio ambiente é fruto da interação do conjunto de elementos naturais e culturais, que propiciam o desenvolvimento da vida em todas as suas formas; e

Princípio de respeito à oralidade: que favorece o reconhecimento da centralidade dos testemunhos orais como fontes legítimas de documentação das referências culturais transmitidas ao longo do tempo. Esses testemunhos evidenciam a coletividade das memórias e sinalizam a vitalidade das comunidades tradicionais, de suas tradições, bem como expressam a autonomia de seus membros na construção da narrativa de suas trajetórias históricas e dos usos e sentidos atribuídos aos territórios a elas associados.

Corroborando, assim, que as comunidades quilombolas têm o direito de ver suas memórias coletivas e suas paisagens salvaguardadas, no intuito de preservar uma memória ancestral e um legado histórico que começa a ser valorizado de fato no Brasil, com políticas públicas que precisam ser implementadas de maneira eficaz. E, com certeza, representa uma das vias para a conquista de sua cidadania brasileira, até hoje negada. (Leite, 1996, p. 50).

A portaria do Iphan complementa, no seu art. 3, §3º a seguinte questão:

> [...] entende-se por referências culturais, para fins dessa Portaria, conforme citado no inciso I, os sentidos e valores, de importância diferenciada, atribuídos

> aos diversos domínios e práticas da vida social (festas, saberes, modos de fazer, ofícios, lugares, formas de expressão, artes, narrativas orais, paisagens, elementos da natureza, edificações, objetos etc.) e que, por isso mesmo, constituem-se em marcos de identidade e memória para determinados grupos sociais. (Iphan, 2023).

Assim, reforçamos aqui que a natureza, em suas diferentes manifestações, participa, especialmente nas comunidades mais tradicionais – embora não só nelas – da construção inicial da cosmologia dos grupos que com ela interagem. É dessa perspectiva que surgem não apenas as técnicas e os elementos materiais da paisagem, mas também toda a base imaterial que sustenta essas construções, como lendas, mitos, festas, religiões e todo o conjunto simbólico que regula a forma e a intensidade de transformação material da natureza (Figueiró, 2014). A maneira como esses grupos sociais interagem entre si e com outros grupos que compõe o sistema social, inclusive resistindo às opressões e forças estruturantes da sociedade, está intimamente relacionada à sua ligação com a natureza.

O fato de o órgão responsável pelas ações patrimoniais de salvaguarda de bens, promoção e divulgação de sítios reconhecer essa categoria de bens intangíveis das comunidades quilombolas é significativo, além de constituir uma reparação histórica. A forma pela qual o Estado consegue garantir a transmissão dessas narrativas, baseadas na oralidade presente nas comunidades quilombolas, é por meio da proteção jurídico-administrativa e da chancela paisagística. Assegurar essa dimensão patrimonial da paisagem cultural dos remanescentes quilombolas é um direito dessas populações, que pode ser somado ao direito ao território demarcado, garantido pela Constituição de 1988 e implementado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). Dessa forma, o ordenamento territorial pode garantir direitos, ao mesmo tempo em que impõe deveres à esfera pública.

Considerações finais

Estamos fechando um ciclo proclamado pela Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), por meio de sua Resolução n.º 68/237, de 23 de dezembro de 2013, a **Década Internacional Afrodescendentes 2015-2024**,[6] que destaca a necessidade de reforçar a cooperação regional, nacional e internacional em relação ao pleno gozo dos direitos econômicos, sociais, culturais, civis e políticos dos afrodescendentes, bem como a sua participação plena e igualitária em todos os aspectos da sociedade. Já estamos nos aproximando do prazo final dessa década temática, e a

6 Para saber mais, ver o *site* da organização. Disponível em: https://decada-afro-onu.org. Acesso em: 30 set. 2024.

questão que fica é: **quais avanços concretos ocorreram em políticas e acordos para ações práticas antirracistas?**

As memórias aqui relatadas evidenciam dois municípios com práticas excludentes, que forçaram a população afrodescendente a ter mobilidade dentro dos seus territórios e buscar outras formas de sociabilidade. Isso revela não só a resistência e a criação de outras territorialidades, mas também a falta de interesse dos agentes públicos municipais em alterar a situação de marginalização das populações remanescentes de quilombos.

Em virtude do contexto histórico e da discriminação, a comunidade quilombola do município de Garopaba, assim como a outra localizada na fronteira com o município de Imbituba, desenvolveram maneiras de resistir, preservando seus costumes, saberes e vivências. Elas estabeleceram pontes entre as gerações mais velhas e as novas, criando outras territorialidades que extrapolam o território oficial que pretendem para a demarcação.

Os lugares de usos e os caminhos tradicionais, percorridos por muitos anos, guardaram memórias impressas na paisagem. Essa paisagem cultural congrega as rugosidades das memórias afetivas, as ruínas históricas, os resquícios das roças e todo um modo de fazer e de trabalhar que já não existe mais, mas que reflete um processo de transformação. Assim, a salvaguarda da paisagem complementa o processo de regularização fundiária, já que a demarcação das terras pelo Incra é limitada ao dispositivo jurídico do uso do território demarcado.

No entanto, a diversidade das práticas tradicionais e a extensão das territorialidades quilombolas, evidenciados na cartografia social e nas narrativas por essas comunidades, ressaltam a importância de novos dispositivos legais para a manutenção desse modo de vida tradicional. Dessa maneira, vislumbra-se um ordenamento territorial que respeite tanto a chancela da paisagem cultural quilombola quanto um território reconhecido. As iniciativas como a Portaria n.º 135/2023 do Iphan, que regulamenta o tombamento de remanescentes quilombolas, e a década internacional dos afrodescendentes (2015-2024) evidenciam um movimento institucional em direção à valorização dessas comunidades. Contudo, ainda há desafios consideráveis para que as políticas antirracistas avancem de forma efetiva. As paisagens culturais, além de sereespaços de memória e identidade, também constituem um meio de resistência contra a marginalização imposta. Dessa forma, a chancela da paisagem cultural e o reconhecimento das reminiscências históricas quilombolas pelo Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) são fundamentais para garantir a preservação e a continuidade das tradições, integrando-as às políticas de ordenamento territorial que respeitem e protejam essas comunidades.

Referências

ALBUQUERQUE, Mauricéia Teixeira de. *Negros em Garopaba*: experiência quilombola nas comunidades da Aldeia e Morro do Fortunato. Dissertação (Mestrado em História) – UDESC, Florianópolis, 2014.

BATISTA, Desidério Soares; MATOS, Rute Sousa. A dimensão patrimonial e identitária da paisagem: a história do lugar como fundamento da intervenção urbana e territorial contemporânea. *In*: PIMENTA, Margareth de Castro Afeche; FIGUEIREDO, Lauro César (Org.). *Lugares*: patrimônio, memória e paisagem. Florianópolis: Editora da UFSC, 2014. (Urbanismo e Arquitetura da Cidade). p. 21-42.

BITENCOURT, Fernando. *De Igara-mpaba a Garopaba*: sete mil anos de História. Garopaba: Gráfica Garopaba, 2003.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Relatório final do Projeto Tempos e Espaços nas Comunidades Rurais do Alto e Médio São Francisco – Minas Gerais. Uberlândia: UFU, 2009.

FIGUEIRÓ. Adriano. Para uma compreensão dialética da paisagem cultural na Geografia: reflexões a partir da transformação da natureza por comunidades tradicionais peruanas. *In*: PIMENTA, Margareth de Castro Afeche; FIGUEREDO, Lauro César (Org.). *Lugares*: patrimônio, memória e paisagem. Florianópolis: Editora da UFSC, 2014. (Urbanismo e Arquitetura da Cidade). p. 295-315.

HAESBAERT, Rogério. Território e região numa *constelação* de conceitos. *In*: MENDONÇA, Francisco de Assis; LO-WEN-SAHR, Cicilian Luiza.; SILVA, Márcia da. (Org.). *Espaço e tempo*: complexidade e desafios do pensar e do fazer geográficos. Curitiba: Ademadan, 2009. p. 621-634.

IPHAN – INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSITICO NACIONAL. Portaria n.º 127, de 30 de abril de 2009. Estabelece a chancela da Paisagem Cultural Brasileira. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, n. 83, p. 17, 5 maio 2009.

IPHAN – INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSITICO NACIONAL. Portaria n.º 135, de 20 de novembro de 2023. Dispõe sobre a regulamentação do procedimento para a declaração do tombamento de documentos e sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos, conforme o previsto no art. 216, §5º da Constituição da República Federativa do Brasil, no âmbito do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Iphan e cria o Livro Tombo de Documentos e Sítios Detentores de Reminiscências Históricas de Antigos Quilombos. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, n. 229, p. 12, 20 nov. 2023.

JOLIVEAU, Thierry. O lugar dos mapas nas abordagens participativas. *In*: ACSELRAD, Henri (Org.). *Cartografias sociais e território*. Rio de Janeiro: UFRJ; IPPUR, 2008. p. 45-69.

LEFEBVRE, Henri. *The production of space*. Oxford: Basil Blackwell, 1991.

LEITE, Ilka Boaventura. Descendentes de africanos em Santa Catarina: invisibilidade histórica e segregação. *In*: LEITE, Ilka Boaventura. (Org.). *Negros no Sul do Brasil*: invisibilidade e territorialidade. Santa Catarina: Letras Contemporâneas, 1996. p. 33-53.

PIMENTA, Margareth de Castro Afeche; FIGUEREDO, Lauro César (Org.). *Lugares*: patrimônio, memória e paisagens. Florianópolis: Editora da UFSC, 2014. (Urbanismo e Arquitetura da Cidade).

RAFFESTIN, Claude. *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Ática, 1993.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço*: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Edusp; Hucitec, 1996.

SANTOS, Milton. O território e o saber local: algumas categorias de análise. *Cadernos IPPUR*, Rio de Janeiro, ano 13, n. 2, p. 15-26, 1999.

SANTOS, Milton. *Da totalidade ao lugar*. São Paulo: Edusp, 2005.

SHAW, Kurt.; CARDOSO, Vitor Hugo.Bastos; SILVA, Rita de Cácia Oenning. História do Morro do Fortunato: a história de uma comunidade quilombola no sul de Santa Catarina. Florianópolis: Shine a Light, 2014. HQ.

SOUZA, Maria Adélia Aparecida de. Geografia e planejamento**:** uma estratégia espaço- tempo. *Sociedade e Território*, Natal, v. 33, n. 1, p. 7-30, jan./abr. 2021.

THEIS, Ivo Marcos; GALVÃO, Antonio Carlos F. A formulação de políticas públicas e as concepções de espaço, território e região. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, São Paulo, v. 14, n. 2, p. 55-69, 2012.

UNESCO - ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA. *Convenção sobre a proteção do Patrimônio mundial Cultural e Natural*. Paris, 16 nov. 1972. Disponível em: https://whc.unesco.org/archive/convention-pt.pdf. Acesso em: 15 abr. 2025.

VERDUM, Roberto; VIEIRA, Lucimar de Fátima dos Santos; PIMENTEL, Maurício Ragagnin. As múltiplas abordagens para o estudo da paisagem**.** *Espaço Aberto*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, p. 131-150, 2016.

Fontes orais

MACHADO, Fortunato João [*In memoriam*]. [ago. 2021]. Entrevistador: Juliani Brignol Walotek. Garopaba, SC, 5 ago.2021.

MACHADO, Mercedes [65 anos]. [ago. 2021]. Entrevistador: Juliani Brignol Walotek. Garopaba, SC, 5 ago. 2021.

MACHADO, Fausta Mercedes [90 anos]. [jun. 2024]. Entrevistador: Juliani Brignol Walotek. Garopaba, SC, 20 jun. 2024.

PEREIRA, Celina [72 anos]. [nov. 2021]. Entrevistador: Juliani Brignol Walotek. Garopaba, SC, 12 nov. 2021.

Recebido em 09/05/2024
Versão final reapresentada em 18/10/2024
Aprovado em 03/11/2024

Contribuições dos autores: Walotek: pesquisa bibliográfica, gravação de depoimentos, análise dos dados e redação; Antunes: redação e revisão.
Fonte de financiamento: nada a declarar.
Conflito de interesses: nada a declarar.